



## **Relações conflituosas: o Ultimatum inglês na *Revista de Portugal***

**Aparecida de Fátima Bueno  
Universidade de São Paulo**

### **À guisa de introdução: um periódico luso-brasileiro?**

Entre as várias tentativas da geração de 70 de agitar o meio cultural português, encontra-se um projeto editorial levado a cabo por Eça de Queirós durante praticamente três anos, a *Revista de Portugal*, que foi “desde logo encarada como um projeto nacional” que colocaria Portugal “por si só na cauda da Europa civilizada” (Santana, 1994-1995, p.152), e que congregou boa parte dos principais nomes dessa geração.

Dirigida a partir de Paris, onde Eça estava radicado, e publicada no Porto entre julho de 1889 e maio de 1892, a *Revista de Portugal* congregou importantes nomes da cultura portuguesa e contou com a participação de três brasileiros, Oliveira Lima, Medeiros e Albuquerque e Eduardo Prado. Entre os colaboradores portugueses, Oliveira Martins nela publicou *Os filhos de D. João I* e o começo da *Vida de Nun'Álvares*. Antero colaborou com as *Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX*, Teófilo Braga com uma série de ensaios críticos sobre escritores portugueses, e Eça com as *Cartas de Fradique Mendes*, citando apenas alguns dos principais nomes da geração de 70 que, atendendo aos apelos e convites de Eça, tiveram participação ativa na revista. Entre os brasileiros o que tem a mais expressiva colaboração é Eduardo Prado que, num período curto que durou aproximadamente de setembro de 1889 a junho de 1890, publicou na

revista oito longos artigos, quer no seu nome, caso do primeiro desses textos, quer sob o pseudônimo de Frederico de S., nome com o qual assina os restantes.

Jacinto do Prado Coelho no verbete que dedica a essa revista, presente no *Dicionário de Literatura* que organiza, afirma: “Uma das revistas que melhor serviram a cultura portuguesa no séc. XIX” (Coelho, 1969, p.929). Arrola, a seguir, importantes obras que nela vieram a lume, algumas já acima citadas, e destaca o nome de escritores portugueses, em sua maioria da famosa geração de 70, e outros que terão participação significativa nos rumos estéticos tomados pela geração de 90, e que figuraram nas páginas da revista. Esquece-se, ou omite, no entanto, o nome de Eduardo Prado, importante colaborador brasileiro e amigo íntimo de Eça de Queirós<sup>1</sup>.

Talvez possamos explicar essa omissão pelo enfoque adotado por Jacinto do Prado Coelho, que considera que a *Revista de Portugal* “constitui valioso documento do *clima* mental português no fim-do-século” (1969, p.930). Afinal todos os artigos de Eduardo Prado versam a respeito da crise social e política que enfrentava a sociedade brasileira com o advento da República.

Convém salientar também que, no período em que vieram a lume os 24 números da revista, dois importantes acontecimentos históricos ocorreram no Brasil e em Portugal. Deste lado do Atlântico, a já referida proclamação da República em novembro de 1889. Do outro lado, em janeiro do ano seguinte, os portugueses tiveram que se defrontar com o Ultimatum inglês. Esses acontecimentos, em geral não estudados em seu sincronismo, apresentam um papel importante nos artigos publicados na revista.

Em relação à crise política brasileira, além dos artigos de Eduardo Prado, Eça publicou na seção “Notas do mês”, usando o pseudônimo João Gomes, um artigo em que ironizava a proclamação da República, “menos uma revolução do que uma transformação – como nas mágicas” (Queirós, v.1, 1889, p.777). Também sobre a sociedade brasileira se manifestou Ramalho Ortigão, no número de dezembro de 1889, causando, ao que parece, bastante polêmica por cá, a ponto de Eça, numa carta à esposa, ter escrito:

---

<sup>1</sup> Prado Coelho cita o nome do brasileiro Oliveira Lima, que publicou na revista um ensaio intitulado “A evolução da literatura brasileira”. O outro brasileiro que é olvidado pelo crítico português, talvez por sua pequena participação, é Medeiros e Albuquerque que colaborou com um único poema, “Vorrei morire!”.

A *Revista* tem feito grande ruído no Brasil. O artigo de Ramalho suscitou uma medonha polêmica através de toda a imprensa, e em que o Ramalho é desancado sem misericórdia. “Asno” e “poseur” são os nomes mais doces com que o esmagam. Eu também tenho sido suficientemente maltratado nos jornais de São Paulo, pátria do nosso Prado. (Queirós, 1949, p.183)

Quanto ao Ultimatum inglês, Eça publica na *Revista de Portugal* dois artigos, o primeiro deles também na seção “Notas do mês”, com o mesmo pseudônimo, e um segundo, intitulado “Novos factores da política portuguesa”, usando agora o cognome “Um espectador”. Ainda sobre a questão inglesa, escreveu Oliveira Martins o artigo “O tratado com a Inglaterra e a situação de Portugal”, assinando como “*Spectator*”. Um outro texto sobre a mesma questão é o intitulado “Uma lição de história (a propósito da questão inglesa)”, assinado por Isabel Leite, até o momento ainda não identificada<sup>2</sup>.

Como estamos vendo, a *Revista de Portugal* é um “valioso documento” não só do “clima mental português no fim-do-século”, mas também do brasileiro. Além disso, ao discutir em um mesmo espaço a crise brasileira gerada pelo advento da República e a portuguesa, fruto dos desdobramentos do Ultimatum, permite que tracemos as inter-relações existentes nesse período crucial e instável do mundo de língua portuguesa. Esta revista pode, portanto, ser considerada como um espaço absolutamente peculiar, pois não se configura apenas como um periódico português já que congrega questões e pensadores desses dois países.

#### Os estertores do Império: a República brasileira na *Revista de Portugal*

O primeiro texto de Eduardo Prado publicado na *Revista de Portugal*, “Destinos políticos do Brasil”, único em que assina o próprio nome, é datado de Leipzig, setembro de 1889, e nele fica patente a sua ansiedade em relação à crise política que aqui se acirrava, e que resultaria no golpe militar de 15 de novembro. Monárquico convicto, Prado considerava o advento da República uma ameaça à unidade nacional, enquanto a permanência da Monarquia garantiria, para ele, essa unidade, ou seja, estariam em

---

<sup>2</sup> Há vários artigos publicados na *Revista de Portugal* com o nome de Isabel Leite. Miranda de Andrade, autor de um longo ensaio sobre a revista, supõe que se trata de um pseudônimo literário (Andrade, 1953, p.39).

confronto potencial duas forças: “as forças ativas da destruição e as forças resistentes de conservação da sociedade brasileira atual” (Prado, v.1, 1889, p. 468).

Dois fatores contribuíam para essa ansiedade: o acirramento do movimento republicano e a avançada idade de D. Pedro II, já que parecia ser consenso a idéia de que o império não sobreviveria à morte do monarca. Em relação a isso, o próprio Eça, nas “Notas do mês”, num artigo publicado em dezembro de 1889, após, portanto, a proclamação, opina que “Nada verdadeiramente se interpunha entre a Monarquia e a República – senão a pessoa do Imperador. E de há muito se combinara cortesmente que, para derrubar a Monarquia, se esperasse a morte do Monarca” (Queirós, v.1, 1889, p. 780-781).

Em função, portanto, da crise política que aqui se anunciava, em seu artigo, Eduardo Prado discorre sobre uma possível insurreição militar, favorecida pela indisciplina dos quartéis, “todos os dias insuflada às tropas pelos jornais republicanos”. Considera que um levante militar no Brasil implicaria numa “decadência moral incalculável, um retrocesso de meio século e a perda do conceito honroso de que [o Brasil] goza no mundo quando comparado às repúblicas militares da América espanhola” (p.478). Por outro lado, “a inconsistência do moderno caráter latino”, segundo ele, característica de nossa raça, parecia, em sua opinião, ser “garantia de que, de qualquer modo, com uma solução qualquer, ou talvez sem ela, tudo acabará em completa calma, por falta de persistência nervosa na massa da população brasileira e nas classes capazes de dirigi-la.” (p.467). Aliás, ele faz questão de ressaltar a apatia da população ao movimento da política nacional, apatia que vem de longa data, haja vista a análise que faz do quadro de Pedro Américo sobre a proclamação da independência do Brasil:

Vê-se nessa pintura o Príncipe Regente, a cavalo, de espada desembainhada, cercado de sua guarda de honra, dos gentis-homens de sua câmara, de vários capitães-mores e de oficiais de ordenanças. (...) A um canto, um homem de cor guiando um carro, arreda os seus bois da estrada e olha admirado para o grupo militar; ao longe, (...) um homem do campo, um *caipira* retém o passo à cavalgadura e voltando tranqüilamente o rosto vê, de longe, a cena que não compreende. Esses dois homens são o povo brasileiro, o povo real, a maioria da população que não participou da independência e muito menos toma parte na agitação republicana promovida em nome dele. (p.471)

A aguda análise que faz desse quadro se estende à reflexão que tece sobre o sistema político brasileiro, seu confronto com o modelo chileno e norte-americano, as

especificidades do modelo nacional, a idéia de que o trono cairia por tolerar a escravidão, mas que, após o 13 de maio, estava ameaçado de cair por tê-la abolido. A esse respeito, discorre sobre as conseqüências em nossa formação sócio-cultural de longos séculos de trabalho servil, já que aqui “A escravidão tornou a idéia e o sentimento do dever social da obediência coisas humilhantes e repulsivas” (p.476-477). Ressalta em sua argumentação o seu olhar crítico sobre o país, que, para ele, é marcado pelo predomínio da indisciplina, da desagregação, pela lentidão do desenvolvimento.

É também sob essa perspectiva que Ramalho vê o Brasil no artigo que, segundo Eça, teria causado “medonha polêmica” por aqui. Publicado após o advento da República, “O quadro social da revolução brasileira”, “simples testemunho de um viajante” (Ortigão, v.2, 1890, p. 80), é para Ramalho um relato de suas observações *in loco* sobre a sociedade brasileira.

Destaca-se em seu artigo a idéia de que um dos problemas sérios do Brasil foi o regime de escravatura que, mesmo após o seu fim, continua repercutindo na formação sócio-cultural de nossa população, já que “qualquer signo de servilismo é recusado pela população branca no Brasil por sua associação com o trabalho escravo” (p.81). Para Ramalho essa situação fica evidente na falta de deferência com o imperador e na recusa a qualquer “distinção hierárquica sensível de classe para classe”, pois aqui vigora, como lamenta, “De cima a baixo, em toda a ordem social, promiscuidade completa, confusão absoluta” (p.84-85). Fazendo um balanço do que aqui vivenciou, conclui o seu quadro da sociedade brasileira com os seguintes termos: “Recapitulo em quatro palavras: Abastardamento do trabalho, constituição da ociosidade organizada, decomposição da disciplina, desonra do respeito” (p.91). É fácil perceber por que esse artigo repercutiu tão negativamente no Brasil.

O segundo artigo de Eduardo Prado, “Os acontecimentos do Brasil”, publicado em dezembro de 1889, já é assinado com o pseudônimo Frederico de S., e nele o brasileiro se mostra estupefato diante da mudança de regime, e estarecido com as informações telegráficas que chegaram à Europa noticiando as novas medidas tomadas pelo novo governo. Ironicamente, afirma que “o que por ora se pode saber porém da revolução brasileira cabe em poucas linhas, extratadas dos telegramas na ordem da sua recepção, e por isso singularmente humorísticas”. Transcreve então essas informações:

A tropa em estado de revolta. Reina tranqüilidade. – O Imperador em Petrópolis. Completa paz. – Foi preso o ministério. População calma. Foi proclamada a República. Tudo inalterado. – O imperador preso no palácio. Ordem perfeita. – Fica constituído o seguinte governo provisório (...). As províncias aderem. O Senado, o Conselho de Estado, foram abolidos. A Câmara de Deputados foi dissolvida. Reina sossego. – O Imperador e a família imperial embarcaram para a Europa. – A Bahia não adere ao movimento. Absoluta unanimidade, etc, etc.

Eis a concisa maneira de se fazer e de se telegrafar a história neste fim de século. (Prado, v.1, 1889, p. 771-772)

A ironia é a tônica dominante em todo o artigo. Entre as medidas tomadas pelo novo governo, a que mais critica é a falta de liberdade de expressão. Depois de textualmente reproduzir os telegramas que notificavam os novos rumos do país, analisa as declarações do governo:

Fala (...) o governo provisório. Diz que o povo, o exército e a marinha acabavam de depor a monarquia; que o governo provisório governaria até haver um governo definitivo; que o governo provisório respeitaria todas as opiniões contanto que não fossem contrárias às do povo, do exército e da marinha (...). (Prado, v.1, 1889, p. 772)

Essa última declaração do governo recém instalado funciona como uma espécie de *leitmotiv* da sua argumentação. Prado considera que o novo governo só se diferencia do anterior “porque chama Estados às províncias, tem outra bandeira, outros selos de carta, – e principalmente porque deporta e prende quem mostra opinião contrária à *do povo, do exército e da marinha*” (p.773-774). Enaltece ironicamente o fato de viver num país europeu “onde ainda é permitido ter *opiniões contrárias às do povo, às do exército e às da marinha*” e, em função disso, ter “plena liberdade de apreciar os acontecimentos no Brasil”<sup>3</sup> (p.773).

Entre as críticas que faz, Prado acentua sobretudo a falta de liberdade de expressão, liberdade que julga ter sido plenamente respeitada durante a monarquia. É o ponto de vista que defende no terceiro artigo, que tem o mesmo título do anterior. Nele, num tom muito

---

<sup>3</sup> Os itálicos acima são do autor.

mais virulento e sarcástico, continua ironizando a mudança da política brasileira. O seu alvo principal é o ministro das Finanças, Rui Barbosa, responsável também pela divulgação das notícias para o exterior. Denuncia, ainda, a intenção do novo governo, provisório, de manter-se no poder o maior tempo possível:

Quando foi revelada ao mundo a intenção em que estava o Governo Provisório de se conservar no poder o mais definitivamente que pudesse, o sr. Rui Barbosa declarou que a imprensa brasileira apoiava essa desinteressada resolução. Que valor tem a opinião dos jornais, se, nesse mesmo dia, era anunciada a supressão da imprensa da oposição? É desoladora a posição dos jornais no Brasil (...). Eles sabem que um artigo contrário ao governo seria para eles a supressão e a ruína, e não ignoram que só são publicados por mera condescendência do poder militarizado. A República, assim, em menos de dois meses, destrói a liberdade de imprensa que o Império garantiu e sustentou durante sessenta anos. (Prado, v.2, 1890, p. 136).

Uma outra preocupação presente no artigo, e que parece ter sido idéia corrente no período, é a de que com o advento da República o Brasil se esfacelaria em várias regiões. Na sessão “Notas do mês”, no artigo já citado de Eça, o escritor termina a sua exposição vaticinando que

Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil.  
(...) Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada. (...)  
Cada Estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria (...). Uns prosperarão, outros deperecerão (sic). Haverá talvez Chiles ricos, e haverá certamente Nicarágua grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos dum grande Império. (Queirós, v.1, 1889, p. 782-783)

Essa preocupação de Eça é compartilhada por Prado, que inicia o artigo que estamos comentando dizendo que a “palavra Brasil – por fatalidade histórica, deixar[á] de ser a expressão da integridade de uma nação, para ter o valor de uma desigualdade geográfica” (Prado, v.2, 1890, p. 134). Para finalizar, afirma que “No Brasil a questão hoje não está já posta entre a República e a Monarquia. A luta é entre a liberdade e a tirania” (p.144). E que “se viver sem leis, sempre à mercê do capricho alheio, é viver sem liberdade – pode-se afirmar que, no Brasil, não há senão escravos” (p.145).

A virulência de Prado contra o novo regime político brasileiro rende uma manifestação dos editores da *Revista de Portugal* que no fim desse artigo acrescentam uma nota dizendo que, como as outras publicações européias, a portuguesa “acolhe imparcialmente, em questões de princípios, ou em apreciações de fatos, todas as opiniões”, desde que “não sejam a expressão de um pensar individual e isolado, mas resumam largas e sérias correntes de opinião” (v.2, 1890, p. 148). Podemos pensar que, de um lado, a *Revista* se exime das condenações ao novo governo brasileiro, nela feitas nos artigos de Frederico de S., de outro, informa que as aceita por refletirem “largas e sérias correntes de opiniões”, mostrando que, apesar do anonimato de seu autor, ele podia ser considerado o porta-voz de um grupo significativo da sociedade brasileira, descontente com os novos rumos políticos do país<sup>4</sup>.

Os dois próximos artigos de Frederico de S. intitulam-se respectivamente “O Brasil – Fastos da ditadura” (v.2, 1890, p. 240-258) e “A ditadura no Brasil” (v.2, 1890, p. 398-432), o segundo deles assinado também por Manuel da Silva Gaio, secretário da *Revista*; circunstância que parece indicar que realmente o periódico português endossava as posições nele assumidas pelo brasileiro. Nestes artigos, Prado continua criticando a falta de liberdade da imprensa, além de outros desmandos cometidos pelo novo regime, fatos que passam a ser acompanhados com mais detalhe pelo acesso aos jornais brasileiros que chegavam à Europa.

Um outro enfoque crítico relaciona-se com a depreciação dos títulos brasileiros no exterior, já que, para Prado, “cada vez que o sr. Rui Barbosa telegrafa à Europa, a baixa é certa nos fundos brasileiros” (v.2, 1890, p. 253-254). Aliás, ele vai dedicar um longo ensaio sobre “As finanças e a administração da ditadura brasileira” (v.2, 1890, p. 542-579), chegando a elaborar um largo quadro mostrando essa depreciação, que, para ele, “demonstra minuciosa e indiscutivelmente que a ditadura arruína o crédito do país no estrangeiro” (p.566).

É também neste artigo que tomamos conhecimento das repercussões no Brasil das opiniões de Frederico de S., já que Prado informa que um jornalista do *Gazeta de Notícias* censura os que “mascarados, atacam[os] o Governo Provisório a algumas mil léguas de

---

<sup>4</sup> O artigo de Eça publicado nas “Notas do mês” e o de Ramalho endossam a perspectiva adotada por Prado, mostrando que de fato a posição da *Revista* não é imparcial em relação à política brasileira, o que é confirmado pela inexistência de artigos que defendam o novo regime.

distância!” (p.551). Por outro lado, em seu penúltimo ensaio, “A república brasileira”, afirma que “Todos os correios do Brasil trazem-nos grande número de cartas vindas de todos os pontos do país felicitando-nos pela nossa oposição à ditadura militar que aflige aquela nação” (Prado, v.2, 1890, p. 858), pedindo-lhe também que denuncie outros abusos cometidos pelo novo regime e que não são noticiados pela imprensa local.

Sobre a repercussão dos artigos de Frederico de S., Eça de Queirós, numa das cartas à esposa, diz que eles “têm feito sensação. O mundo político admira-os; e um ou outro Brasileiro que tenho encontrado implora-me que os faça cessar, para o bem do Brasil!” (Queirós, 1949, p. 188).

Como podemos notar, a *Revista de Portugal* constituiu-se como um espaço importante para as reflexões sobre a mudança de regime no Brasil. Os artigos de Eduardo Prado tiveram respostas dos dois lados do Atlântico, a maior parte delas, devemos notar, contrária a sua posição. Sejam os partidários do novo regime no Brasil, seja o republicano Teófilo Braga que “tinha ‘amuado’ com a revista por causa dos ataques feitos nas suas páginas” (Andrade, 1953, p. 56) por Prado ao novo governo brasileiro, todos eles não podiam se calar diante de um intelectual que usando como meio uma revista europeia editada pelo prestigiado Eça de Queirós insistia em chamar a esperada república simplesmente de ditadura.

Se a posição de Teófilo mostra que a República brasileira e as críticas realizadas por Prado têm importância para o desenvolvimento do republicanismo em Portugal, será um texto de Eça, presente na *Revista*, que articulará de forma lapidar a nossa República, o Ultimatum inglês e a relação desses dois acontecimentos com o destino de sua pátria.

#### Outros estertores: o Ultimatum inglês na *Revista de Portugal*

No primeiro dos artigos que escreve sobre a questão inglesa, na seção “Notas do mês”, como João Gomes, Eça começa as suas reflexões considerando que “Durante o desagradável mês de janeiro, Portugal atravessou uma crise – que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva, que esta geração tem afrontado” (v.2, 1890, p. 259). Analisa a seguir a política exterior da Inglaterra e o “obstáculo” que representaria para a ampliação do império britânico a presença de Portugal em África, além dos conflitos

imediatos que causaram a atual crise. Considera mais importante refletir sobre a mobilização nacional resultante da ameaça britânica do que analisar o conflito diplomático, porque

as questões d'África perdem do seu valor diante do inesperado movimento nacional que, através de todo o país, tão vasta e ruidosamente rompeu, sob o espinho das humilhações que essa África negra nos trouxe. É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma idéia, um propósito – do que possuir a terra de Mashona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. (p.264)

Analisa, então, esse inesperado movimento nacional que, no lugar de mover os portugueses no sentido de “acordarmos do nosso letargo” (p.273), ameaça cair na esterilidade inútil de “*fazer mal* à Inglaterra”:

Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycotar* a Inglaterra – a si mesmo se esteriliza, errando a sua direção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação, para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal* à Inglaterra, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*.<sup>5</sup> (p.273)

Essas idéias resumem as posturas assumidas por Eça no primeiro texto que escreve sobre essa crise. O seu segundo ensaio, “Novos factores da política portuguesa”, em que assina como “Um espectador”, já revela uma certa desilusão de quem “chegou a crer que realmente existia no fundo da nação, sob a sua aparente apatia, uma grande reserva de força, capaz de inspirar e de impor, sem resistências possíveis, uma reorganização política e econômica do Estado” (v.2, 1890, p. 526).

Entre as mudanças ocorridas no país depois do Ultimatum, Eça se preocupa com o crescimento do partido republicano durante essa crise. Além da responsabilidade da má administração governamental do ano anterior – que contribuiu para um descontentamento generalizado e crescimento das hostes republicanas, para ele uma outra causa exterior veio concorrer para o engrossamento desse partido: a revolução do Brasil

Feita por uma raça filha da nossa (...) e feita aparentemente com uma cordura, uma generosidade, uma ordem que espantou (e enganou) o mundo, esta revolução veio entre nós, de mil maneiras indirectas, desenvolver o sentimento republicano (...). A revolução do

---

<sup>5</sup> Os itálicos são do autor.

Brasil tranqüilizando os ordeiros, excitando os ambiciosos, e dando confiança a todos pela esperança de apoio e recursos positivos – foi um golpe que das instituições brasileiras repercutiu indiretamente sobre as nossas instituições. (p.531)

Acresce-se também a essa causa, o sucesso da república na França, e a conseqüente prosperidade desse país. Mas é de fato um certo espelhamento entre a sociedade portuguesa e a brasileira que parece deixá-lo preocupado. Afinal, vê um paralelo entre a massa de descontentes em Portugal e a “classe *não-monárquica*, que no Brasil permitiu que se fizesse a Revolução no espaço de duas horas” (p.533-534). Imagina então as conseqüências para seu país caso ocorra um possível acirramento da crise: a reação repressora do governo, falta de liberdade de expressão, etc. Para concluir o paralelo que faz, mostra-se atento aos movimentos da classe média que, no Brasil, deu uma larga maioria parlamentar ao último ministério, mas que, diante do levante militar,

ficou muito quieta nas suas casas, nos seus empregos ou nos seus escritórios, quando alguns jornalistas e alguns tenentes que iam reclamar de uma mudança de ministério se lembraram de proclamar uma mudança de regime! Esta curiosa lição da História actual (...) bastaria a mostrar que confiança se pode ter, neste último quartel do século XIX, na fidelidade política da classe média. (p.536)

Por fim, vaticina que, caso seja estabelecida a República em Portugal, “ela seria a confusão, a anarquia, a bancarrota” (p.539). Mais grave que isso seria, segundo crê, uma de suas conseqüências imediatas: a intervenção da Espanha em Portugal:

Um movimento insurrecional em Lisboa, triunfante ou semi-triunfante, seria no dia seguinte um exército de intervenção marchando sobre nós da fronteira monárquica da Espanha. E se a Espanha (...) se convertesse numa república conservadora – um movimento paralelo em Portugal, apoiado por ela e coroado de êxito, seria o fim da nossa autonomia, da nossa civilização, da nossa história, da nossa língua, (...) e porque temos, durante séculos, derramado sangue e tesouros.<sup>6</sup> (p.539-540)

Essa íntima relação traçada na *Revista de Portugal* entre o Ultimatum inglês e a República brasileira mostra que esses fatos estão vinculados, pelo menos no imaginário dos

---

<sup>6</sup> Essa preocupação também está presente no ensaio de Oliveira Martins, publicado com o cognome *Spectator*, e que veio a lume no terceiro volume da *Revista*. Ele também considera que “se há um momento em que a implantação da república seja a consumação da catástrofe, este momento é o de agora” (Martins, v.3, 1890, p. 13). Sintonizado com a opinião de Eça, acredita que “Na hora em que a república se proclamasse em Portugal, nesse próprio instante transporiam a fronteira os exércitos espanhóis” (12).

articulistas portugueses. Assim, podemos ver que essa revista é um espaço importante para pensarmos nas inter-relações luso-brasileiras do período. Ela é, em fins do século XIX, a matriz de uma série de periódicos que, no início do século seguinte, vai tentar associar a intelectualidade dos dois países, como, por exemplo, entre outras, *Atlântida*, *A Águia* e *Terra de Sol*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Miranda de. Eça de Queirós e a Revista de Portugal. *Ocidente*, v.XLIV-XLV, n.177-183, p.1-91, Lisboa, jan.-julh. de 1953.
- PIRES, António Machado. *A Ideia de decadência na Geração de 70*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1992.
- QUEIRÓS, Eça (dir.). *Revista de Portugal*. 4 v. Porto: Editores Lugan & Genelioux, 1889-1892.
- QUEIRÓS, Eça. *Eça entre os seus*. Porto: Lello & Irmão, 1949.
- QUEIRÓS, Eça. *Textos de imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição de SANTANA, Maria Helena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- QUENTAL, Antero. Carta autobiográfica a Wilhelm Storck. *Poesia e prosa*. São Paulo: Cultrix, 1974. p.130-139.
- SANTANA, Maria Helena. Um projecto patriótico: a Revista de Portugal. *Queirosiana*, Coimbra, n. 7-8, p.147-159, dez. de 1994/julho de 1995.